

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 17.

A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, de exercício da cidadania e de possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando. Sua dinâmica é própria, e é afetada tanto pelo desenvolvimento de seu ciclo vital como pelas políticas econômicas e sociais. A família é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano. Este, por sua vez, é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por fatores do próprio indivíduo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual está inserido.

Segundo Salvador Minuchin, médico e terapeuta familiar, a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas ligadas diretamente às transformações da sociedade, e visa à melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo. O sistema familiar muda à medida que a sociedade muda, e todos os que dele participam podem ser afetados por pressões internas e externas.

Com as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas ao longo dos tempos, a sociedade está sendo obrigada a reorganizar regras básicas para amparar a nova ordem familiar. No Código Civil de 1916, a família “legítima” era definida apenas pelo casamento oficial. Em janeiro de 2003, começou a vigorar o Novo Código Civil, que incorporou uma série de novidades: a definição de família passou a abranger as unidades formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes; casamento passou a ser definido como uma “comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”; os filhos adotados ou concebidos fora do casamento passaram a ter direitos idênticos aos dos nascidos dentro do matrimônio; a palavra “pessoa” substituiu “homem” e o “pátrio poder” que o pai exercia sobre os filhos passou a ser denominado “poder familiar” e atribuído também à mãe. A Lei do Divórcio, de 1977, atribuía a guarda dos filhos ao cônjuge que não tivesse provocado a separação ou, não havendo acordo, à mãe. Hoje, é concedida a “quem revelar melhores condições para exercê-la”.

Internet: <books.scielo.org>. (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo as ideias do texto, a possibilidade de desenvolvimento pessoal existe ou não, conforme as configurações familiares a que o indivíduo é exposto ao longo da sua formação.
- 2 O conceito de família apresentado no texto, do estudioso Salvador Minuchin, baseia-se nos papéis que as pessoas desempenham no núcleo familiar.
- 3 Infere-se do texto que o processo de mudança das famílias e o da sociedade são inter-relacionados.
- 4 De acordo com as ideias do texto, em diferentes momentos da história do país, a “nova ordem familiar” que surgia era uma decorrência direta das regras estabelecidas nos códigos civis brasileiros.
- 5 O desenvolvimento humano não é um processo estanque, segundo as ideias apresentadas no texto.
- 6 Conclui-se do texto que, com o passar do tempo, o Código Civil brasileiro mudou a ponto de considerar que, atualmente, a mulher é a pessoa mais apta para exercer a guarda dos filhos.

Em relação à estrutura linguística e vocabular do texto, julgue os itens seguintes.

- 7 A expressão “vêm se formando”, no trecho “A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, de exercício da cidadania e de possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando.”, poderia ser substituída por **têm se formado**, sem que isso prejudicasse a correção gramatical ou a coerência entre as ideias.
- 8 No período “A família é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano.”, observa-se uma relação de causa e consequência entre as orações.
- 9 O trecho “aspectos mais amplos do contexto social no qual está inserido” poderia ser reescrito, preservando-se a correção gramatical, da seguinte forma: **aspectos mais amplos do contexto social que está inserido**.
- 10 A palavra imbricado é sinônima da palavra “complexo”, que ocorre no texto no trecho a seguir: “a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas ligadas diretamente às transformações da sociedade”.

- 11 O pronome “seus”, no trecho “A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, de exercício da cidadania e de possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros”, pode fazer referência tanto aos membros da família quanto aos membros da sociedade.
- 12 A correção gramatical e a coerência entre as ideias do texto seriam mantidas caso a expressão “à medida que”, no trecho “O sistema familiar muda à medida que a sociedade muda”, fosse substituída por **conforme**.
- 13 As aspas foram empregadas no texto para indicar que as expressões destacadas por esse sinal de pontuação foram empregadas originalmente no texto dos códigos civis.
- 14 No período a seguir, o trecho após os dois-pontos funciona como aposto da expressão “uma série de novidades”: “Em janeiro de 2003, começou a vigorar o Novo Código Civil, que incorporou uma série de novidades: a definição de família passou a abranger as unidades formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes; casamento passou a ser definido como uma ‘comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges’; os filhos adotados ou concebidos fora do casamento passaram a ter direitos idênticos aos dos nascidos dentro do matrimônio; a palavra ‘pessoa’ substituiu ‘homem’ e o ‘pátrio poder’ que o pai exercia sobre os filhos passou a ser denominado ‘poder familiar’ e atribuído também à mãe.”
- 15 No trecho “o ‘pátrio poder’ que o pai exercia sobre os filhos passou a ser denominado ‘poder familiar’”, a oração “que o pai exercia sobre os filhos” é adjetiva explicativa com relação à expressão “‘pátrio poder’”.
- 16 A supressão do sinal indicativo de crase no “à” presente em “o ‘pátrio poder’ que o pai exercia sobre os filhos passou a ser denominado ‘poder familiar’ e atribuído também à mãe.” prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 17 No período “A Lei do Divórcio, de 1977, atribuiu a guarda dos filhos ao cônjuge que não tivesse provocado a separação ou, não havendo acordo, à mãe.”, é facultativo o emprego de vírgula logo após “Lei do Divórcio”.

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, acerca da redação oficial.

- 18 Em uma comunicação oficial, o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica ou do órgão com quem se quer comunicar.
- 19 A clareza, a concisão, a objetividade, a coesão, a coerência, a precisão, a formalidade, a padronização e o uso da norma padrão da língua portuguesa são atributos da redação oficial.
- 20 O princípio constitucional da impessoalidade abarca a redação de textos oficiais.

Oswaldo possui três cães: Javali; Pretinha; e Zorro. Sabe-se que, entre eles, há um dobermann, um fila-brasileiro e um vira-lata. Considerem-se as afirmações seguintes, sabendo-se que apenas uma delas é verdadeira.

- Javali não é fila-brasileiro.
- Pretinha é fila-brasileiro.
- Zorro não é vira-lata.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21 Javali é um fila-brasileiro.
- 22 Pretinha é um dobermann.
- 23 Zorro é um vira-lata.

Admitindo-se que Júlio dispõe de dois dados de doze faces (d12), sendo um roxo e o outro dourado, numerados de 1 a 12, independentes e equiprováveis. Júlio rolou ambos os dados e anotou os resultados obtidos em cada um deles.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 24 A probabilidade de a soma dos resultados ser ímpar é igual a $\frac{1}{2}$.
- 25 A probabilidade de a soma ser exatamente 13 é igual a $\frac{1}{12}$.
- 26 Sabendo-se que a soma dos resultados é par, a probabilidade de os dois valores serem idênticos é igual a $\frac{1}{6}$.

Admitindo-se que, em uma pesquisa de psicologia clínica, foram registradas as quantidades de sessões de terapia frequentadas por 12 pacientes. Cada sessão custa R\$ 250, com 10 % de desconto para pagamento em dinheiro. A tabela a seguir indica, para cada número de sessões, a frequência de ocorrência.

Nº DE SESSÕES	FREQUÊNCIA
1	4
2	0
3	2
4	5
5	0
6	1

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 27 A média aritmética do número de sessões por paciente é igual a 4.
- 28 A mediana do número de sessões é igual a 3.
- 29 A moda do número de sessões é igual a 4.
- 30 O menor valor arrecadado ao todo com os 12 pacientes é igual a R\$ 9.000.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

No que diz respeito ao Google Meet, aos conceitos de redes de computadores e ao navegador Google Chrome, em sua versão mais recente, julgue os itens seguintes.

- 31 O Google Meet oferece a funcionalidade de levantar a mão virtualmente durante a reunião, permitindo que o participante indique que deseja falar, sem que seja necessário interromper o orador.
- 32 Para usar o Google Meet, é obrigatório instalar um *software* específico no computador, pois o serviço não funciona diretamente pelo navegador.
- 33 Em redes de computadores, a comutação por pacotes permite que os dados sejam divididos e transmitidos por caminhos diferentes, otimizando o uso da rede.
- 34 Em uma rede local (LAN), os dispositivos conectados compartilham recursos e dados entre si, sem a necessidade de conexão com a Internet.
- 35 O Google Chrome salva automaticamente todas as senhas digitadas pelo usuário, mesmo que ele não autorize explicitamente esse salvamento.

Quanto ao Google Drive, às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais e à computação em nuvem, julgue os itens a seguir.

- 36 O Google Drive permite o uso de versões anteriores de arquivos armazenados, o que contribui para a recuperação de documentos alterados indevidamente, mas essa funcionalidade só está disponível em contas institucionais (Google Workspace).
- 37 O Google Drive permite a criação de arquivos diretamente na nuvem por meio de ferramentas integradas, como o Google Documentos, eliminando a necessidade de softwares instalados localmente.
- 38 Embora pragas virtuais como o *ransomware* possam criptografar dados locais, não há risco de impacto em arquivos armazenados em nuvem, já que os serviços de nuvem são totalmente imunes a esse tipo de ameaça.
- 39 Um dos principais riscos do uso da computação em nuvem está relacionado ao modelo de responsabilidade compartilhada, no qual tanto o provedor quanto o cliente têm obrigações distintas quanto à segurança.
- 40 A computação em nuvem exige que todos os dados sejam transferidos para servidores localizados dentro do território nacional, por questões de compatibilidade técnica.

**RASCUNHO**

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Em relação à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 41** São considerados atos de improbidade administrativa todos os atos que afrontam a Administração Pública.
- 42** Somente os agentes públicos com vínculo direto com a Administração Pública estão sujeitos às sanções por atos de improbidade.
- 43** A perda patrimonial decorrente da atividade econômica acarretará improbidade administrativa quando for comprovado ato doloso praticado com essa finalidade.
- 44** Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.
- 45** Apenas as autoridades da Administração Pública podem solicitar a instauração de investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- 46** A sentença proferida na ação de improbidade administrativa deve considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas ao seu cargo.
- 47** As sanções de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratar ou de receber incentivos fiscais ou creditícios do poder público observarão o limite máximo de dez anos.
- 48** O denunciante que, sabendo ser inocente o agente público ou terceiro beneficiado, apresentar representação por ato de improbidade estará sujeito apenas à obrigação de indenizar os danos materiais, morais ou à imagem causados ao denunciado.
- 49** Não se aplica, na ação de improbidade administrativa, o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.
- 50** Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades.

Acerca do processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 51** Conforme a Lei nº 9.784/1999, considera-se entidade a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta e da estrutura da administração indireta.
- 52** No processo administrativo, deve-se observar o critério de impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- 53** O processo administrativo pode se iniciar de ofício ou a pedido de autoridade da Administração Pública.
- 54** São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de 18 anos de idade, ressalvada a previsão especial em ato normativo próprio.
- 55** No processo administrativo, é possível a delegação da edição de atos de caráter normativo.

- 56** É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que tenha interesse indireto na matéria.
- 57** Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada.
- 58** As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se apenas mediante impulsão do órgão responsável pelo processo.
- 59** São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
- 60** Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até seis meses para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- 61** Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando decidirem recursos administrativos.

No que diz respeito à transparência e ao acesso à informação, julgue os itens a seguir.

- 62** De acordo com a Lei nº 12.527/2011, considera-se integridade a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- 63** É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- 64** É dever dos órgãos e das entidades públicas promover, mediante requerimento, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito das suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- 65** Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e às entidades públicas, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- 66** O órgão ou a entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível quando concordar com a fundamentação da solicitação.
- 67** É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.
- 68** No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 dias, a contar da sua ciência.
- 69** O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se no prazo de dez dias.
- 70** Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do processo administrativo federal, julgue os itens a seguir.

- 71** No processo administrativo, será observado o critério de atuação segundo padrão ético de decoro.
- 72** O administrado tem o direito perante a Administração de fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado.
- 73** É dever do administrado, perante a Administração, agir de modo temerário.
- 74** O princípio da eficiência baseia-se na ideia de que é necessário descentralizar a Administração Pública.
- 75** No processo administrativo, será observado o critério de impulso, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.

Quanto ao ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 76** A imperatividade é o atributo que confere aos atos administrativos a possibilidade de se imporem a terceiros, independentemente da sua concordância.
- 77** A tipicidade é o atributo que assegura a legitimidade e a veracidade do ato administrativo.
- 78** O ato de gestão é aquele praticado pela Administração Pública com prerrogativas de autoridade, de forma unilateral e coercitiva em relação ao administrado.

Com referência à organização da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 79** A capacidade de autoadministração é uma das características atribuídas às autarquias.
- 80** Somente por lei específica poderá ser criada uma autarquia.

Com base na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 81** A Nova Lei de Licitações buscou consolidar e ampliar os princípios que regem as licitações no Brasil, com o objetivo de tornar os processos mais transparentes, eficientes e alinhados ao interesse público.
- 82** O planejamento das compras públicas deve considerar a expectativa de consumo anual, observando os princípios da padronização, do parcelamento (quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso) e da responsabilidade fiscal, mediante comparação da despesa estimada com a despesa prevista no orçamento.
- 83** Durante a fase de planejamento de uma licitação na modalidade concorrência, cujo objeto é a contratação de uma complexa solução de *software*, a equipe técnica, visando à aplicação do princípio da eficiência, decidiu por não realizar a segregação de funções. Essa decisão é lícita, pois a Lei nº 14.133/2021 permite a flexibilização dos seus princípios quando um deles, no caso a eficiência, se mostrar preponderante sobre os demais para o atingimento do interesse público.

84 A busca pela obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, que não se restringe apenas ao menor preço, mas também à qualidade, à funcionalidade e à durabilidade, é um dos princípios basilares da Lei nº 14.133/2021.

85 A concorrência é a modalidade com a maior variedade de critérios, que podem ser menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico ou maior desconto.

86 Tanto a concorrência quanto o pregão passam a seguir um rito procedimental comum, caracterizado pela inversão de fases. Isso significa que a habilitação dos licitantes, via de regra, ocorrerá após o julgamento das propostas.

87 A contratação de um profissional para ministrar um treinamento para servidores, cuja notória especialização seja reconhecida no mercado, caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação.

88 É dispensável a licitação para a contratação de uma obra de engenharia no valor de R\$ 120.000.

89 A inexigibilidade de licitação, com base na hipótese de fornecedor exclusivo, pode ser justificada pela simples declaração da empresa contratada de que é a única revendedora de determinado produto em um município específico, mesmo que existam outros fabricantes do mesmo tipo de produto no País.

90 A contratação de uma empresa de engenharia de renome nacional para a execução de um serviço comum de pavimentação asfáltica pode ser realizada por inexigibilidade de licitação, fundamentada na notória especialização da contratada, dada a sua vasta experiência e qualidade reconhecida no mercado.

Conforme as regras que regem os contratos na Administração Pública, julgue os itens seguintes.

91 As cláusulas exorbitantes são uma característica fundamental dos contratos administrativos e dispensam a concordância prévia do contratado para sua validade.

92 De acordo com o artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, a indicação nominal do servidor designado como fiscal do contrato e do seu suplente são cláusulas necessárias em todo contrato administrativo.

93 Em contrato de obra pública, a Administração pode alterar unilateralmente o projeto por necessidade técnica imprevista, e o contratado deve arcar com os custos adicionais, sem a revisão do valor, em razão da supremacia do interesse público e da mutabilidade contratual.

94 A celebração de termos aditivos para as alterações contratuais deve ser precedida de justificativa formal e de autorização da autoridade competente, visando à transparência e a legalidade do ato.

95 O prazo de vigência de um contrato administrativo não pode ser indeterminado, havendo a necessidade de estabelecer um limite temporal e não existindo nenhum tipo de exceção.

96 Independentemente da duração do contrato, o edital deve, obrigatoriamente, prever um índice de reajustamento de preços, podendo ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, desde que este seja compatível com o mercado dos insumos.

Quanto à execução e à fiscalização de contratos, julgue os itens a seguir.

97 A fiscalização da execução contratual é responsabilidade exclusiva do gestor do contrato. Logo, não há a possibilidade de apoio de outros servidores ou de terceiros contratados para esse fim.

98 O pagamento ao contratado, na execução de contratos administrativos, deve ser realizado imediatamente após a entrega do bem ou serviço, independentemente da verificação da sua conformidade ou da fiscalização.

99 O recebimento definitivo de obra pela Administração extingue as obrigações contratuais, eximindo o contratado de responsabilidade por falhas posteriores, mesmo que indetectáveis na entrega, conforme o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

Em relação à gestão de materiais e patrimônio, julgue os itens seguintes.

100 O inventário patrimonial tem como única finalidade a contagem física dos bens da instituição para fins de controle de estoque.

101 A conciliação entre o inventário físico e os registros contábeis do patrimônio é um procedimento de controle que, ao identificar uma divergência – como um bem fisicamente existente, mas sem registro contábil –, deve levar à imediata baixa do bem por irregularidade, para fins de saneamento do balanço.

102 O cadastro de fornecedores é um registro público que deve conter, obrigatoriamente, informações a respeito da capacidade de produção de cada empresa, independentemente da sua área de atuação.

103 A baixa de um bem é o procedimento administrativo que o retira formalmente dos registros patrimoniais, podendo ocorrer por motivos como obsolescência, perda ou alienação.

104 A depreciação, para fins de gestão patrimonial pública, é o registro contábil da perda de valor de um bem. Esse procedimento é obrigatório, e seus dados devem ser utilizados para fins de transparência no balanço patrimonial, refletindo o valor justo dos ativos da entidade.

Acerca da administração financeira, julgue os itens seguintes.

105 A dívida ativa de uma autarquia corresponde a quaisquer créditos não recebidos no prazo, sendo a sua inscrição um procedimento automático que ocorre no dia seguinte ao vencimento.

106 A conciliação bancária é um procedimento de controle interno que se limita a comparar o extrato da conta-corrente com os registros contábeis, não possuindo relação direta com o controle de pagamentos a fornecedores ou com a arrecadação de receitas.

107 A realização da conciliação bancária de forma periódica é crucial para a identificação de fraudes e de erros de lançamentos, bem como para assegurar a fidedignidade das informações financeiras da autarquia.

108 O controle de pagamentos envolve apenas a autorização final do desembolso, sem a necessidade de se verificar a documentação comprobatória, como notas fiscais ou contratos.

Acerca dos procedimentos de registro profissional, julgue os itens a seguir.

109 O registro de pessoa física ou jurídica em um conselho de classe é um ato que se processa de forma meramente burocrática, sem a exigência da comprovação de requisitos legais ou acadêmicos.

110 A carteira de identidade profissional emitida por um conselho de classe tem valor de documento de identificação civil em todo o território nacional.

No que se refere à transparência e ao controle no setor público, julgue os itens seguintes.

111 De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é dever dos órgãos públicos divulgar, independentemente de solicitações, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, executando-se as informações relativas a repasses ou transferências de recursos financeiros que apenas serão disponibilizadas mediante requerimento específico do interessado.

112 O Portal da Transparência é o principal instrumento para o cumprimento das exigências de transparência ativa, devendo conter dados como informações sobre a remuneração individualizada por nome de servidor ou empregado público. A responsabilidade pela alimentação e a atualização dessas informações é exclusiva do Poder Executivo, que centraliza e publica os dados de todos os demais Poderes e órgãos autônomos.

113 A prestação de contas é um mecanismo de controle que se materializa por meio de relatórios de gestão, demonstrações contábeis e outros documentos que evidenciam a boa e regular aplicação dos recursos públicos. Os relatórios de auditoria, emitidos pelos órgãos de controle interno e externo, são peças fundamentais nesse processo, mas o seu conteúdo é, por natureza, sigiloso, não sendo passível de divulgação ao público geral para que não se expor as vulnerabilidades da gestão.

Acerca da Resolução CFP nº 007/2004, que trata do Regimento Interno do CRP-ES, e da Resolução CFP nº 003/2007, que trata da Consolidação das Resoluções do CFP, julgue os itens a seguir.

- 114** De acordo com a Resolução CFP nº 003/2007, a inscrição profissional realizada com base na certidão de colação de grau terá caráter provisório, devendo ser apresentado o diploma de formação no prazo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais seis meses em casos específicos.
- 115** A interrupção temporária do pagamento de anuidades pode ser concedida ao psicólogo em caso de viagem ao exterior com permanência superior a seis meses.
- 116** Em relação ao processo de transferência de inscrição, a Resolução CFP nº 003/2007 estabelece que, se o pedido de transferência for apresentado ao Conselho Regional de origem, este examinará a situação do requerente, sendo dispensado o envio do processo ao Conselho de destino.
- 117** De acordo com o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região, a diretoria do conselho é o órgão responsável pela operacionalização das diretrizes e decisões do plenário. Ela é composta de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, eleitos diretamente pelos psicólogos inscritos na região em eleição específica para esses cargos.
- 118** Conforme o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região, a fiscalização do exercício profissional do psicólogo, incluindo a realização de visitas de rotina e a apuração de denúncias, é uma atividade coordenada pela comissão de orientação e fiscalização (COF).
- 119** Um conselheiro do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região, em caso de inequívoca urgência, tem competência para atuar e tomar decisões, além do âmbito das suas atribuições específicas, *ad referendum* do plenário. Essa prerrogativa se estende, também, a um psicólogo convidado para participar de uma comissão de trabalho, desde que a urgência seja justificada.
- 120** No Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região, a comissão de ética (COE) e a comissão de orientação e fiscalização (COF) são comissões permanentes. Desse modo, caso surja a necessidade de estudar um tema específico de grande relevância para a psicologia, como a atuação em emergências e desastres, o plenário poderá criar uma comissão temporária ou um grupo de trabalho para essa finalidade.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O tema “O Papel da Gestão da Informação na Eficácia da Tomada de Decisão no Setor Público” não é apenas uma questão teórica; é o coração da futura atuação profissional de um agente público moderno.

Em um Estado Democrático de Direito, cada ato administrativo, cada compra, cada contrato não é um fim em si mesmo. É um elo em uma corrente que deve, em última análise, servir ao cidadão com eficiência, legalidade e transparência.

Ações do dia a dia, como uma cotação de preços, não são apenas uma lista de valores, mas um conjunto de dados que fundamentará uma decisão econômica.

Um processo licitatório bem instruído não é mera burocracia, mas um repositório de informações que garante a isonomia e a probidade. Um relatório financeiro não é só um apanhado de números, mas a tradução da saúde e da responsabilidade fiscal da instituição.

A capacidade de organizar, analisar e garantir a fidedignidade das informações será o alicerce sobre o qual gestores públicos construirão políticas, alocarão recursos e prestarão contas à sociedade.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

O papel da gestão da informação na eficácia da tomada de decisão no setor público

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) gestão da informação como pilar para decisões eficazes no setor público;
- b) eficácia da gestão da informação condicionada às ferramentas e aos processos modernos; e
- c) convergência de dados em valor direto para a sociedade por parte do agente público.